

**OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA EM CONSELHOS ESCOLARES:  
UMA ANÁLISE DA OFERTA DO CURSO DE EXTENSÃO FORMAÇÃO  
CONTINUADA EM CONSELHO ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
CEARÁ (UFC)**

*Cibelle Amorim Martins*

*Cleyton Carvalho Cândido*

*Francisco Herbert Lima Vasconcelos*

*Francisco Jose dos Santos*

*Sarah Pires Barreto de Souza*

## **Introdução**

Com o restabelecimento do sistema democrático no Brasil substituindo um regime de exceção instalado nos idos de 1964 (CICONELLO, 2008) e que perdurou até meados dos anos de 1980, a Educação Brasileira que vinha sendo exercida por um sistema de controle e de gestão verticalizada, na qual vários gestores que a conduziram atendiam aos interesses de um *status quo* vigente, tomou outros rumos em busca de uma forma de gestão em que o povo tivesse sua participação.

Por ocasião da promulgação de nossa Carta Magna em 1988 (CICONELLO, 2008), que consolidou a maioria das reivindicações democráticas que a sociedade reclamava àquela época, o Legislador sentindo que o povo necessitava de uma participação dentro do processo ensino-aprendizagem, formalizou, através do artigo 206 de nossa Constituição, que as Escolas teriam como princípio norteador de sua administração uma participação do povo na gestão do ensino público de forma democratizada e participativa.

Tal princípio constitucional tinha como objetivo que essa participação seria uma possibilidade de promover um sistema de ensino que objetivasse o acesso de todos, bem como uma Educação de qualidade, para que dessa forma pudessemos enfrentar os desafios que iriam se apresentar à sociedade, com suas respectivas transformações no início do século XXI. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/1996 (LDB), regulamentando esse princípio constitucional, em seu artigo 14, estabeleceu que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com as suas peculiaridades e observando os seguintes princípios:

- I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.

Em decorrência de um debate entre duas propostas, uma que fora elaborada pelos movimentos sociais organizados e outra que foi encaminhada pelo poder executivo, surgiu a Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2012. Esse arcabouço jurídico criava então o Plano Nacional de Educação (PNE) que dentre inúmeros objetivos visava a “promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de Conselhos Escolares ou órgão equivalente.”

O fortalecimento de uma gestão democrática das escolas públicas veio a ser fundamentado através da implantação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares que tem como objetivo a criação e a manutenção dos conselhos já existentes. Essas ações que visam a sua imple-

mentação, vêm sendo exercidas pela Secretária de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC). Cabendo ressaltar que, nesse Programa, existe a participação de organismos nacionais e internacionais que compõem um grupo de trabalho o qual exerce várias atividades visando a implantação do mesmo.

O Programa supracitado elaborou um material didático-pedagógico denominado de *Conselhos Escolares: Uma Estratégia de gestão democrática da educação pública* composto de vários cadernos já elencados em Capítulos anteriores, que serviram de base para a capacitação de técnicos das secretarias de educação por meio de cursos presenciais ou a distância e, dentro dessa perspectiva é, que esse nosso trabalho irá se desenvolver, através de uma narração de como estão sendo executados esses cursos, através da visão de quem está na gestão/coordenação dos mesmos na área de atuação da Universidade Federal do Ceará [[www.ufc.br](http://www.ufc.br)].

## **O Curso de Formação em Conselhos Escolares na UFC em 2010**

Iniciamos este relato nos reportando a primeira formação que fizemos no ano de 2010, quando a Universidade Federal do Ceará, através do Instituto UFC Virtual, [[www.virtual.ufc.br](http://www.virtual.ufc.br)] iniciou essa aplicação para professores, técnicos das secretarias de educação e gestores escolares dos estados do Ceará e Piauí, na modalidade semipresencial. Foi uma experiência marcante, pois ministrávamos um curso de extensão que envolvia geograficamente o território de estados distintos.

Como qualquer outro curso, para que pudéssemos iniciá-lo, tivemos que proceder a um processo seletivo dos cursistas, o

qual teve início com uma lista de pré-inscrição feita pelo Ministério da Educação juntamente com os municípios. A equipe administrativa, tecnológica e pedagógica da Universidade Federal do Ceará, entrou em contato com as Secretarias de Educação dos municípios inscritos e realizou a confirmação da lista de pré-inscritos. Após o processo de atualização da lista, o restante das vagas foi oferecido aos municípios que não haviam feito a pré-inscrição na ocasião. Seguiram-se os critérios estabelecidos inicialmente na demanda do Plano de Ações Articuladas<sup>1</sup> (PAR). Várias reuniões se realizaram com as esferas estaduais e municipais para a divulgação do curso entre as secretarias.

No tocante ao corpo docente, a seleção de tutores que iriam constituir a equipe pedagógica do Curso de Extensão a Distância Formação Continuada em Conselhos Escolares [[www.conselhoescolar.virtual.ufc.br](http://www.conselhoescolar.virtual.ufc.br)], a Universidade Federal do Ceará – UFC lançou um edital em 2009, destacando a função, quantidade de vagas, local de trabalho, remuneração, jornada de trabalho e requisitos básicos. Cabe ressaltar que no tocante às funções inerentes ao cargo de tutor foram especificadas, naquele documento que anunciava o certame da seguinte forma:

---

<sup>1</sup> O PAR é uma ferramenta de planejamento da política educacional brasileira comandada pelo Ministério da Educação (MEC). Assim que um município ou estado adere ao Compromisso Todos Pela Educação - programa de 28 diretrizes para a melhoria do ensino nacional -, o secretário responsável por essa área automaticamente se compromete a elaborar um diagnóstico e uma série de objetivos para a rede de ensino local. Essas metas devem ser alcançadas em até quatro anos e são estipuladas junto com diretores, coordenadores, professores e membros da comunidade. É a partir desses dados que o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) pode fornecer apoio técnico e financeiro às administrações regionais. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/par-416141.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

- Ajudar os estudantes a planejar seus trabalhos;
- Orientar e supervisionar os trabalhos em grupo;
- Esclarecer dúvidas sobre os conteúdos;
- Esclarecer sobre os regulamentos e procedimentos da formação;
- Proporcionar retorno das avaliações realizadas;
- Representar os alunos junto aos Supervisores e Coordenadores;
- Participar da avaliação do curso;
- Manter contato constante com os alunos;
- Organizar relatórios da participação dos estudantes, conforme critérios previamente definidos pelas Coordenações estaduais;
- Realizar as oficinas presenciais com a sua turma de alunos;
- Realizar a correção das atividades e dar retorno aos estudantes;
- Encaminhar à Coordenação estadual informações sobre os cursistas aptos a receberem o certificado;
- Participar das formações iniciais.

A seleção desses tutores foi realizada com base em alguns critérios: ser brasileiro nato ou naturalizado (processo concluído), possuir graduação em Pedagogia e/ou Licenciatura Plena com especialização em gestão escolar ou planejamento educacional, ter habilidade e conhecimento para utilizar computadores e recursos de conectividade, possuir, preferencialmente, experiência docente em programas de Educação a Distância (EAD) e encontrar-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

## **Formas de Integração do Trabalho da Equipe Pedagógica com a Tecnológica e Administrativa**

A equipe pedagógica do curso teve o objetivo de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem dos cursistas em todas as suas dimensões. O apoio tecnológico do curso foi responsável pela criação e disponibilização do site do Curso; disponibilização do AVA; manutenção da infraestrutura de rede; suporte e manutenção de sistema e apoio tecnológico aos tutores e supervisores. O apoio administrativo responsável pela organização e arquivamento dos dados dos cursistas; organização das turmas; acompanhamento das necessidades administrativas dos cursistas, supervisores e tutores; confecção e encaminhamento da certificação dos cursistas.

Nesse contexto, as formas de integração do trabalho da equipe pedagógica com a tecnológica e administrativa aconteceu a partir de reuniões semanais realizadas ao longo do curso. Na ocasião, eram discutidos assuntos, como atividades propostas no curso, aperfeiçoamento do material didático em *flash*, cadastro e dificuldade dos cursistas de acessar o curso, horário de plantão dos tutores, dentre outros.

## **Formas de Monitoramento do Desenvolvimento do Curso pelos Coordenadores e Supervisores**

O curso de Extensão a Distância Formação Continuada em Conselhos Escolares foi acompanhado pela coordenação geral realizada pelo professor da UFC Francisco Herbert Lima Vasconcelos e pela supervisão pedagógica do curso. Estes foram responsáveis por orientar a equipe de tutores em relação aos conteúdos dos Módulos e as atividades a serem executadas, realizando também a avaliação

do desempenho do tutor. Assim, a coordenação pedagógica programou e executou encontros sistemáticos semanais para troca de experiências da equipe participante juntamente com a coordenação do projeto para acompanhamento, avaliação e novos encaminhamentos de ações inerentes ao mesmo, objetivando melhorar ao máximo o andamento do projeto.

Sobre o tutor, este profissional se relacionou diretamente com o cursista, acompanhando o desenvolvimento de suas atividades, tirando suas dúvidas sobre conteúdos e questões administrativas, fazendo a correção das avaliações, o registro de notas e resultados e informando ao Supervisor quaisquer problemas e eventualidades. Ele também foi responsável por manter o cursista motivado e estimulado durante todo o processo de construção de seu conhecimento. A tutoria funcionou em esquema de plantão, em que os cursistas eram atendidos por correio eletrônico, telefone, fax, correio postal e pelo próprio AVA, durante todo o período da oferta do curso.

Em relação aos encaminhamentos acadêmicos relacionados aos cursistas, a equipe pedagógica buscou desenvolver uma metodologia de ensino que possibilitasse a integração teoria-prática mediada pela experiência pedagógica do professor e estudante, ressignificadas no diálogo com o campo conceitual e prático. Considerando que os cursistas são profissionais da educação com pouca disponibilização de tempo para estudo e que grande parte deles não conseguiu realizar suas atividades dentro do prazo estabelecido pelo curso, a equipe pedagógica estabeleceu um período de uma semana para aqueles que estavam com pendências em suas atividades.

## Procedimentos Previstos Utilizados para Avaliação dos Cursistas

A avaliação dos estudantes foi realizada como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, adotando as dimensões: diagnóstica, formativa e processual.

- Avaliação diagnóstica: sondagem das expectativas dos alunos, realizada no início de cada módulo, bem como diagnóstico das realidades locais dos cursistas;
- Avaliação formativa: realizada no decorrer de cada módulo, descartando os aspectos cognitivos (rendimento acadêmico) e primando pela autoaprendizagem e amadurecimento do cursista na temática dos módulos;
- Avaliação Somativa: realizada ao final de cada módulo, visando aferir a aprendizagem global do cursista para efeito de registros acadêmicos e certificação.

Como o curso foi constituído de 5 (cinco) módulos, o rendimento acadêmico foi aferido pelo critério de notas, numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), considerando-se aprovado o aluno que obtivesse média mínima igual a 6,0 (seis). De acordo com a seguinte fórmula:

$$MF = \frac{N1 + N2 + N3 + N4}{4}$$

**Figura 7 – Fórmula para Cálculo da Avaliação do Cursista**

MF = Média Final

N= Nota de avaliação do professor-orientador por participação *online*.



Os critérios para aprovação no curso foram pautados por:

- Cumprimento da frequência mínima exigida (75%) no curso (distribuído nos encontros presenciais e virtuais preponderando o primeiro);
- Aprovação nos módulos em processo de avaliação.

Quanto ao controle da frequência, o aluno só foi considerado aprovado se tivesse obtido frequência igual ou superior a 75% da carga horária prevista para cada módulo. A presença do aluno foi aferida no encontro presencial, nas interações no ambiente virtual e nas postagens das atividades.

A organização dos controles de acesso ao ambiente, da realização e postagem das atividades nos prazos, procedimentos, monitoramentos aconteceu a partir da atuação do supervisor pedagógico e do professor que orientavam e estimulam os alunos no processo ensino-aprendizagem. As ações realizadas foram: contato constante com os alunos enviando notícias do curso, lembretes, convites a uma participação mais ativa; indicação de materiais e leituras complementares; atendimento dúvidas metodológicas e de conteúdo e avaliação das atividades realizadas a distância.

A forma de controle da utilização pelos cursistas das ferramentas interativas disponíveis na plataforma foi realizada pelos tutores, cujo papel foi essencial no processo de aprendizagem a distância e agente direto de interação entre professor e conteúdo. Utilizando o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) com as ferramentas de interação síncrona e assíncrona, foi possível apoiar a aprendizagem a distância visando à formação do saber, do saber-fazer e do saber-ser. Eles estiveram diretamente ligados ao estudante durante o curso por intermédio das mídias utilizadas: contato por e-mail, telefone, encontro presencial, entre outras.

Considerando a estrutura modular do programa, a avaliação da aprendizagem foi compreendida pelos trabalhos desenvolvidos pelos discentes e postados no AVA MOODLE<sup>2</sup>. Na realização das atividades, foi exigido um nível de síntese dos conteúdos abordados, estruturação e correção da linguagem, compatíveis com a qualidade acadêmica. Dessa forma, o rastreamento da participação do cursista nos Fóruns, *Chats* e outras atividades propostas, somados à atividade final do módulo, forneceu dados para sua avaliação, assim como oportunizou importante *feedback* ao sistema, vez que poderá clarificar aspectos de maior dificuldade para o processo, tais como pontos de esquia ou de maior duração da atividade. Segundo Beurlen, Coelho e Kenski (2006, p.3), o *feedback*, principalmente na EAD:

[...] é essencial, pois todo o trabalho de ensino é centrado em um aluno que atua distanciado do todo. Assim, é mais difícil que ele próprio saiba se está seguindo no caminho correto do raciocínio e se o seu desempenho é ou não satisfatório. Neste caso qualquer resposta que ele obtenha funciona como um estímulo. É importante lembrar que, em muitos casos, ele só é avaliado de acordo com a interação, seja ela com o ambiente, com o tutor ou com outros alunos.

Assim, os tutores consideraram como critérios importantes para a avaliação da aprendizagem dos cursistas a interação e produção de conhecimento individual e em grupo. O proces-

---

<sup>2</sup> MOODLE é o acrônimo de “Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment”, um software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual. A expressão designa ainda o *Learning Management System* (Sistema de gestão da aprendizagem) em trabalho colaborativo baseado nesse programa, acessível através da Internet ou de rede local. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Moodle>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

so passa por atribuições diversas como: presença nos fóruns, contribuições próprias e fundamentadas nos textos sugeridos para leitura, consistência de ideias, dentre outros elementos importantes para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa e não classificatória; bem como, um processo de avaliação contínuo e dinâmico.

A interação entre tutores e cursistas foi considerada bastante positiva devido à troca de ideias no AVA, favorecendo a construção do conhecimento sobre a importância dos conselhos escolares nas escolas. Como aspecto negativo, destaca-se a falta de compromisso com os estudantes de um tutor o que ocasionou o desligamento do mesmo do curso.

### **Aspectos Teórico-metodológicos do Curso**

Considerando a estrutura modular do programa, a avaliação do aprendizado nos módulos deu-se ao final de cada conteúdo apresentado pelo módulo, na forma de exercícios propostos. Ao final de cada módulo, o cursista respondeu a um teste, incluindo os pontos mais relevantes e a sua reação aos aspectos de forma e conteúdo do módulo.

O rastreamento da participação do cursista nos Fóruns, *Chats* e outras atividades propostas, somados a atividade final do módulo, forneceu dados para sua avaliação, assim como oportunizou importante *feedback* ao sistema, vez que pôde clarificar aspectos de maior dificuldade para o processo, tais como pontos de esquivia ou de maior duração da atividade.

Programas de EAD, pelo seu caráter diferenciado e pelos desafios que enfrentam, devem ser acompanhados e avaliados em todos os seus aspectos de forma sistemática, contínua e abrangente. Duas dimensões devem ser contempladas na proposta de avaliação:

1. à que diz respeito ao cursista e;
2. à que se refere ao processo de capacitação como um todo, incluindo os profissionais que nele atuam.

O modelo proposto incluiu o acompanhamento das dimensões reação, aprendizagem, comportamento e impacto, considerando como objetos do processo de avaliação, concomitantemente, o desempenho do cursista e o próprio programa de formação. Para tal, foram utilizados recursos tradicionais e instrumentos complementares de acompanhamento, como questionários, testes *online*, atividades de avaliação, rastreamento de atividades dos cursistas e registro de participação em ferramentas de comunicação.

Os cursistas do Curso de Extensão a Distância Formação Continuada em Conselhos Escolares tiveram acompanhamento tutorial de conteúdo. Os alunos foram acompanhados pela coordenação pedagógica, responsável pelo acompanhamento geral do processo pedagógico e pela equipe de Tutoria, que esteve em contato direto e permanente com os cursistas para orientar os estudos, sanando as dúvidas de conteúdo, promovendo fóruns e realizando as avaliações. O acompanhamento tutorial ocorreu mediante um sistema de plantão.

A coordenação pedagógica realizou reuniões periódicas com os supervisores e tutores para o acompanhamento geral do curso, bem como para estudos sobre os conteúdos ministrados.

## **Aspectos Tecnológicos do Curso**

O material didático dos cursos FASE I e FASE II foi apresentado em dois formatos:

- Mídia impressa;
- Mídia digital (Web): utilizou-se a tecnologia *Adobe Macromédia Flash*, o que possibilitou a integração de mídias digitais (imagem, vídeo, áudio, texto e hiperlinks), como também viabilizou o uso de animações com interatividade avançada.

Os cursos foram disponibilizados na plataforma MOODLE e contaram com ferramentas de interatividade e de informações. O cursista recebeu os cadernos do 01 ao 05 em formato PDF; bem como, o mesmo conteúdo disponibilizado na plataforma MOODLE em formato *flash* que oferece potencialidades para o desenvolvimento dos estudos e possibilita maior interatividade entre o tutor e o cursista.

Não obstante toda essa dinâmica estabelecida de acompanhamento e de metodologia empregada, nesse ano nós conseguimos o seguinte quadro de indicadores do curso, o que foi considerado um péssimo resultado, haja vista a quantidade de inscritos e o total de aprovações:

**Tabela 1 – Indicadores Finais do Curso em 2010**

Supervisor Responsável	Total de Matrículas Efetivadas	Total de Aprovações	Total de Desistências	Total de Reprovações
A	613	172	307	134
B	702	152	446	104
C	602	227	302	51
D	504	123	314	67
<b>TOTAL</b>	<b>2421</b>	<b>674</b>	<b>1369</b>	<b>356</b>

## O Curso de Formação em Conselhos Escolares na UFC em 2011

Dando continuidade as ações do Programa de Fortalecimento de Formação em Conselhos Escolares no ano de 2011, para fazermos um complemento das ações de 2010, reaplicamos a Fase I do referido curso. Como não poderia deixar de ser, todas as orientações pedagógicas aplicadas na fase anterior foram desenvolvidas nessa também; no entanto fizemos algumas reparações em algumas ações para melhorar o resultado final e uma maior intensificação nas ações tutorias, porém os procedimentos, em sua grande maioria, foram mantidos, no entanto, dessa vez somente alunos oriundos do estado do Ceará foram contemplados com as respectivas vagas.

Desta vez, o processo de seleção dos cursistas teve início com o lançamento de um edital de convocação que estabelecia três fases para o preenchimento das vagas: primeiro o candidato preenchia um formulário disponibilizado na plataforma eletrônica em que manifestava sua vontade de participar do curso; em seguida foi estabelecido aos mesmos que tinham de fazer 3 (três) atividades na plataforma MOODLE a fim de demonstrar conhecimento da referida plataforma e, por último, preencher um termo de compromisso e anexar seus documentos pessoais. Foram também observados os critérios estabelecidos inicialmente: municípios com demanda do PAR. Várias reuniões se realizaram com as esferas estaduais e municipais para a divulgação do curso entre as secretarias.

A forma para a seleção de tutores que constituíram a equipe pedagógica do curso de Extensão Formação Continuada em Conselhos Escolares também sofreu algumas alterações: a Universidade Federal do Ceará – UFC lançou um edital em 2011, destacando a função, quantidade de

vagas, local de trabalho, remuneração, jornada de trabalho e requisitos básicos. No entanto foram estabelecidos como requisitos as mesmas exigências profissionais da Fase anterior.

As principais dificuldades encontradas pelos tutores estiveram relacionadas ao acesso ao AVA. O curso foi ofertado pela plataforma do Ministério de Educação – MEC. Uma dificuldade sentida pelos docentes diz respeito ao contato com os estudantes. Como muitos deles moram em lugares distantes, e não têm acesso fácil à internet, nem telefone residencial, a comunicação entre professor-aluno foi prejudicada, contribuindo para a evasão dos mesmos. Por outro lado, a falta interesse de muitos cursistas em participar do curso também foi uma das causas do abandono do curso.

Para minimizar esse problema, a equipe pedagógica do curso entrou em contato com os Secretários de Educação dos Municípios por telefone e fax a fim de que estes estimulassem a participação dos estudantes, no entanto, a falta de apoio das secretarias para providenciar lanche e transporte para os cursistas se deslocarem para o local do encontro presencial, também foi um aspecto que causou a ausência de muitos cursistas no Encontro Presencial.

Muitos alunos não possuíam e-mail e tiveram que criá-lo no ato do cadastro no curso. Outra circunstância que contribuiu para isso foi que os dados informados pelos cursistas estavam incorretos, como telefones para contato e os próprios e-mails. Isso acarretou dificuldades de comunicação, elemento crucial em cursos na modalidade semipresencial.

Após essas ações implementadas, fruto da experiência das fases anteriores, chegamos aos indicadores abaixo transcritos que veio a demonstrar uma melhoria bastante significativa no tocante ao aproveitamento positivo do curso:

**Tabela 2 – Indicadores Finais do Curso em 2011**

Supervisor Responsável	Total de Matrículas Efetivadas	Total de Aprovações	Total de Desistências	Total de Reprovações
A	1196	871	175	150

### **O Curso de Formação em Conselhos Escolares na UFC em 2012**

Mais uma vez em continuação às ações do referido Programa de Fortalecimento, a Universidade Federal do Ceará elaborou um Edital [[www.conselhoescolar.virtual.ufc.br](http://www.conselhoescolar.virtual.ufc.br)], que ofertava vagas para a realização do referido curso, agora para a Fase I e II abrangendo uma amplitude geográfica mais extensa conforme será demonstrado nos parágrafos seguintes.

Diferentemente das fases anteriores, este curso teve como proposta pedagógica oferecer os conhecimentos necessários para a qualificação dos Técnicos de Educação vinculados às secretarias municipais e estaduais de educação para atuarem como multiplicadores do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Conforme já dito anteriormente, nessa fase, por orientação da Secretaria de Educação Básica, o curso teve como objetivo capacitar técnicos das Secretarias Municipais de Educação, e conselheiros escolares dos estados do Amazonas - AM, Acre - AC, Amapá - AP, Ceará - CE, Maranhão - MA, Mato Grosso do Sul - MS, Pará - PA, Roraima - RR, Rondônia - RO e Tocantins - TO, de forma que estes se tornem multiplicadores de conhecimentos e ações no âmbito dos conselhos escolares.

Esta formação, atrelada às experiências de escolas municipais e de seus bairros, deve contribuir para formar um



público-alvo (não somente dirigentes e técnicos das Secretarias Municipais de Educação, mas também, presidentes de Conselho, diretores e supervisores de ensino e conselheiros escolares) para ações motivadoras de atuação interna e externa nas escolas.

A efetiva participação nos conselhos deve servir como incentivo tanto para equipe escolar como para a comunidade escolar articular uma gestão democrática na instituição, com vistas à melhoria da qualidade social da educação básica ofertada nas escolas públicas.

Este curso nessa fase teve um formato pedagógico diferenciado, fizemos uma adequação de um modelo já aplicado pela UFSCar que achamos apropriado as nossas necessidades do momento.

A divulgação do curso teve início com a divulgação do Edital nº 001 no dia 10 de janeiro de 2012. Nesse documento foram estabelecidas as condições para a inscrição do candidato que consistia em duas etapas:

- a. No primeiro momento o candidato preenchia um formulário eletrônico em que postava seus dados pessoais e funcionais, em seguida o candidato teria que enviar cópia de seus documentos: RG, CPF, Comprovante de Vínculo Funcional e um Termo de Compromisso devidamente assinado. Esse envio deveria ser por meio eletrônico ou via correios.
- b. Na segunda etapa, os candidatos realizaram 3 (três) atividades no MOODLE, as quais tinham como finalidade demonstrar um domínio da ferramenta que iria ser utilizada para o referido curso, Após o período estabelecido para a inscrição, tivemos 2.230

candidatos de todos os estados para os quais iríamos ministrar o curso, conforme demonstrado em uma Planilha em que constam todos os inscritos a qual segue em anexo a esse Relatório.

Como parte também da divulgação do curso fizemos um Seminário de Abertura do Curso no dia 23 de março de 2012, com início às 14h, em que contamos com a presença de uma equipe de Consultores do MEC e a participação de mais de 250 pessoas.



**Foto 1 – Seminário de Abertura do Curso Realizado em 23 de março de 2012**

## **Acompanhamento das Atividades do Curso**

Ao iniciarmos o curso, estabelecemos um cronograma de trabalho junto aos tutores para que fosse feito um acompanhamento das atividades dos cursistas; essas reuniões acontecem regularmente, conforme o calendário abaixo especificado, em que são tratados assuntos do curso, tais como: quantidade de alunos que vêm acessando regularmente; número dos ausentes até aquele momento, orientações para os tutores motivarem os alunos a permanecer postando suas atividades.

Durante essas reuniões fazemos o registro fotográfico das mesmas e a seguir divulgamos alguns desses momentos:



**Foto 2 – Reunião da Equipe de Coordenação, Supervisão e Tutoria da UFC realizada em 28 de abril de 2012**



**Foto 3 – Reunião da Equipe de Coordenação, Supervisão e Tutoria da UFC realizada em 26 de maio de 2012**



**Foto 4 – Reunião da Equipe de Coordenação, Supervisão e Tutoria da UFC realizada em 16 de junho de 2012**



**Foto 5 – Reunião da Equipe de Coordenação, Supervisão e Tutoria da UFC realizada em 30 de junho de 2012**



**Foto 6 – Reunião da Equipe de Coordenação, Supervisão e Tutoria da UFC realizada em 14 de julho de 2012**

Outra ação inicial que fizemos foi enviar um ofício para todos os municípios que tiveram alunos matriculados no curso, o que totalizou mais de 250 documentos, solicitando dos gestores da educação municipal uma colaboração para motivar os cursistas para que os mesmos tivessem uma participação efetiva.

Próximo ao final do curso, enviamos novamente ofícios aos municípios que tinham alunos que não estavam participando há mais de 60 dias no ambiente. Essa ação teve uma boa repercussão, pois a maioria dos gestores atendeu ao nosso apelo.

Os cursistas foram acompanhados pela Coordenação do Curso, responsável pelo processo pedagógico, Supervisores e pela equipe de Tutoria, que esteve em contato direto e permanente com os cursistas, através da plataforma e também por ligações telefônicas aos mesmos, para orientar os estudos, sanando as dúvidas de conteúdo, e motivando-os a fazerem suas atividades.

A relação pedagógica entre tutores e cursistas está sendo considerada bastante positiva face às interações entre ambos no AVA, e até mesmo durante os telefonemas, o que vem a favorecer a construção do conhecimento sobre a importância dos conselhos escolares nas escolas.

## **Considerações Finais**

A oferta de cursos na modalidade semipresencial consiste em um grande desafio, mesmo se tratando de grupos e instituições com experiência na área. Somado a este aspecto, lidamos também com o perfil do público-alvo, o qual geralmente possui altas defasagens no uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), neste caso, a Internet. Além desses dois fatores, vivemos ainda em uma cultura esco-

lar marcada pela presença destacada do professor na sala de aula, cujo papel se limita na maioria dos casos, em transmitir informações aos alunos. Diferentemente das aulas e estudos que ocorrem por meio de plataformas virtuais, em que a presença do professor (tutor), assim como seu papel, muda e exige novas posturas do estudante.

Centrado nestes desafios, é que o Instituto UFC Virtual desenvolve ações, pesquisas e cria meios, ferramentas tecnológicas, formação humana, que contribuam para superar os sentimentos de solidão e isolamento que muitos cursistas da EAD sentem ao participar de formações em AVA. Mesmo por meio de medidas diversas para evitar a evasão, constatou-se que o problema permanece, e ainda enfrentamos altos números de evasão. Fato este que nos motiva a buscar novas alternativas, com vistas a construir uma nova cultura de aprendizagem, através da qual os estudantes desenvolvam sua autonomia e ampliem seu universo de experiências, utilizando novos espaços de construção de conhecimento.

A EAD existe enquanto modalidade de ensino, mas não extingue por completo a interação entre pessoas e comunidades de aprendizagem, que buscam objetivos semelhantes, ou seja, aprender a lidar com a sua realidade, superando os problemas com o apoio de formações continuadas. Educação a Distância tem esse nome pelos outros tempos e espaços que proporcionam tais encontros e, do contrário do que muitos pensam, reduz a distância entre o objeto a se conhecer e os aprendizes.

Em muitas regiões do norte e nordeste deste país, por suas características inóspitas, onde as comunicações são por demais precárias, empenhamos esforços para que a educação chegue mesmo nos lugares de mais difícil acesso. Na maioria das regiões, locais atendidos pelos cursos ofertados na UFC

(Instituto UFC Virtual), a Internet é transmitida por ondas de rádio, o que a deixa sujeita às intempéries das condições climáticas. Acresce-se ainda a imensidão da região e seus aspectos geográficos que influenciam nesse sentido. Alunos relataram que em sua cidade transcorre, muitas vezes, mais de quinze dias sem acesso a Internet, impossibilitando uma participação mais assídua e mais dedicação ao curso.

Com a finalidade de superar tais barreiras tecnológicas e geográficas, acreditamos no significativo potencial das TDIC, sobretudo a Internet; e na preparação adequada dos profissionais (tutores) que vão lidar diretamente com essa demanda de formação continuada. Procuramos durante todo o período de realização do curso, manter os tutores em constante contato com sua turma de alunos, por meio de ligações efetuadas semanalmente. A UFC disponibilizou linhas telefônicas para viabilizar tal ação. As linhas efetuavam ligações tanto para telefone fixo, como para celular. Foi um recurso de grande valia para manter os cursistas motivados a participar das atividades e interações virtuais com o tutor. Muitos que eram diagnosticados como desistentes, retomaram o curso depois de receberem a ligação do tutor de sua turma.

Por ocasião da realização do IV Encontro Nacional de Fortalecimentos dos Conselhos Escolares em Brasília-DF, ao qual nos fizemos presente, aproveitamos o intervalo das ações daquele evento e fizemos uma reunião com os participantes que tinham origem nos estados para os quais estávamos ministrando o curso. Naquela ocasião solicitamos que, ao regressarem aos seus estados, fizessem uma articulação junto aos alunos matriculados para que os mesmos não se evadissem mostrando a importância da conclusão de um curso dessa magnitude. Essa foi mais uma ação que foi feita para reduzir a evasão.

Atualmente o Curso de Formação em Conselhos Escolares continua sendo aplicado nas mesmas condições estabelecidas para o semestre de 2012.1. Foi disponibilizado o mesmo número de vagas e existem 1015 alunos matriculados atendendo a demanda dos mesmos Estados da Etapa I. Esperamos que, ao final desse período, possamos concluir essa ação com resultados bem mais expressivos face ao acúmulo de experiências que estamos obtendo ao longo dessas fases relatadas.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. LDB Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação*. PNE Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública*. Brasília: MEC, SEB, 2004.

BEURLEN, C.; COELHO, M. F.; KENSKI, J. Feedback em e-learning: possibilidades e desafios. 4º SENAED – SEMINÁRIO NACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA “APOIO AO ALUNO PARA O SUCESSO DA APRENDIZAGEM”, Brasília, 2006.

CICONELLO, A. *A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil*. From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World. Oxfam International, 2008.